

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.478 - RS (2017/0036618-8)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : CLEDEMAR DORNELLES DE MENEZES**  
**ADVOGADOS : PAULO RICARDO DORNELLES DA SILVA - RS034478**  
**CELSO RUI DOMINGUES - RS005916**  
**ROSANGELA LIMA DORNELLES DA SILVA E OUTRO(S) - RS054847**  
**RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : KATIA DAL MORO E OUTRO(S) - RS044322**

## **EMENTA**

**ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. NOTÁRIOS E REGISTRADORES. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. CONDIÇÕES IMPLEMENTADAS ANTES DA EC 20/98., SEM A OPÇÃO ADMINISTRATIVA AO REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO DO SERVIDORES PÚBLICOS. APLICAÇÃO DAS REGRAS SUPERVENIENTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Cledeimar Dornelles de Menezes, com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJRS, que, em novo julgamento dos embargos declaratórios face a determinação deste STJ (Aresp 456.534/RS), restou assim ementado (fls. 926):

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JULGAMENTO ANTERIOR ANULADO PELO STJ. TABELIÃO E REGISTRADOR. ATO ADMINISTRATIVO. CESSAÇÃO DO PAGAMENTO DE VENCIMENTOS. VÍNCULO PREVIDENCIÁRIO. DESVINCULAÇÃO DO IPERGS. CONDIÇÕES PARA APOSENTADORIA IMPLEMENTADAS ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL 20/98. AUSÊNCIA DE OPÇÃO ADMINISTRATIVA AO REGIME PREVIDENCIÁRIO.**

1. O STJ, ao declarar a nulidade da decisão proferida no julgamento anterior dos embargos de declaração opostos, assentou que “a Corte a quo deixou de se manifestar sobre pontos pertinentes à lide, expressamente ventilados pelo ora recorrente e indispensável à apreciação do apelo extremo”, motivo do retomo dos autos e submissão à nova apreciação.

2. Hipótese em que houve o reconhecimento, inclusive em âmbito administrativo, de que o ora embargante implementou os requisitos para aposentadoria antes da edição da Emenda Constitucional 20/98, sem, contudo, manifestar opção pela manutenção do regime previdenciário ao qual estava vinculado.

3. Sanada a contradição no julgado no que concerne à comprovação, desde a inicial, acerca da data de ingresso no serviço público em 17.03.1969, bem como a implementação dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária antes da entrada em vigor da EC 20/98.

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS SEM MODIFICAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO.**

O recorrente alega ofensa aos artigos art. 40, §único, e 51, da Lei 8.935/94, e art. 6º, caput e §2º, da LINDB, ao argumento de que possui direito adquirido à

# *Superior Tribunal de Justiça*

aposentadoria voluntária e manutenção do vínculo ao Regime Próprio da Previdência Social, posto que, é incontroverso nos autos que, quando da entrada em vigor da EC 20/98, que alterou o regime jurídico para a sua categoria, o recorrente já havia implementado integralmente os requisitos para a aposentadoria voluntária (eis que constava com quase 33 anos de serviço público e vinculação ao regime previdenciário estadual e de contribuição ao IPERGS).

Defende que, diante do implemento das condições para a aposentadoria em tempo hábil, a opção pela vinculação ao regime previdenciário mostra-se até mesmo desnecessária, além de que, desde a inicial o recorrente se manifestou expressamente pela preservação do seu direito adquirido ao regime previdenciário consolidado até a EC 20/98.

Com contrarrazões (fls. 984/1.004).

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 1.030/1.037.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, para a equiparação dos notários e registradores a servidores Públicos para fins de incidência da regra de aposentadoria, não basta o preenchimento dos requisitos para a aposentadoria antes da EC 20/1998, sendo necessária, também, a opção pela permanência no regime próprio.

Ocorre que, no caso dos autos, a Corte de origem consignou que o autor, embora tenha implementado os requisitos para a inativação pelas regras anteriores à EC 20/1998, não optou expressamente por permanecer vinculado ao regime previdenciário do Estado do Rio Grande do Sul, o que afasta a sua pretensão.

É o que se extrai dos seguintes excertos do voto (fls. 932/934):

Feito este destaque, imprescindível considerar que a matéria em discussão na demanda restou pacificada em razão do posicionamento definitivo do egrégio Supremo Tribunal Federal. Com o trânsito em julgado da ADI 2602, em 11/04/2006, a Suprema Corte afastou a compulsoriedade da jubilação aos delegatários das atividades dos Ofícios Notariais e Registrais, sob o fundamento central de que, a partir da Constituição Federal de 1988, com a alteração da redação do seu art. 40 pela Emenda Constitucional nº 20/98, o limite de idade se aplica apenas aos servidores públicos de cargos efetivos.

A partir do posicionamento firmado pelo STF, nova orientação passou a ser seguida pela Administração desta Corte, garantindo àqueles que ingressaram antes da Constituição Federal de 1988 - antes da previsão que expressamente determinou o caráter privativo da atividade e que, desta sorte, mantinham o vínculo jurídico com este Poder Judiciário -, a opção de manter-se no regime até então havido, contanto que implementadas as condições para a aposentadoria até a promulgação da referida Emenda Constitucional.

**No caso concreto, houve o reconhecimento administrativo de que o embargante implementou as condições para a aposentadoria quando da entrada em vigor da EC 20/98,** conforme se extrai de excerto extraído do parecer de fls. 210/213, acolhido pelo então Presidente do Tribunal de Justiça (fl. 214), que determinou a cessação dos vencimentos e

# Superior Tribunal de Justiça

desvinculação do regime próprio de previdência social:

(...) Verifica-se, no caso concreto, pela informação acostada pelo Departamento de Recursos Humanos, à 71 do expediente, a implementação dos requisitos para a aposentadoria proporcional, na forma do art. 40, inciso III, alínea 'c', da Constituição Federal, com relação anterior à Emenda Constitucional n. 20/98, aplicável por força do artigo 3º, § 2º, da Emenda Constitucional n. 41/2003, enquadrando-se, em princípio, na hipótese prevista no item 111.3.1 do indigitado parecer:

(...)

A certidão de fl. 28, acostada aos autos pelo próprio autor embargante, menciona que "foi homologada a opção do servidor de não permanecer vinculado ao Regime de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, conforme decisão do Conselho de Magistratura, em sessão de 07/10/2008" (grifei), contrariando afirmação feita em razões de apelação, quando afirma que "manifestou expressa disposição de ver preservado o DIREITO ADQUIRIDO ao regime previdenciário do Estado (...)".

Observo, assim, que não há pretensão resistida do Estado no ponto, apenas ausência de demonstração, pelo embargante, de ter optado por permanecer vinculado ao Regime de Previdência do Estado, notadamente pela existência de certidão, juntada por ele próprio, em sentido contrário. Ou seja, não optou por permanecer vinculado ao regime de previdência público, mas tão somente asseverou expressa disposição de ver preservado seu direito adquirido a tal regime.

Outrossim, apenas a título ilustrativo, reporto-me às palavras do próprio embargante nos autos do expediente administrativo, quando instado a manifestar-se acerca da opção pela manutenção no regime previdenciário.

Na ocasião, manifestou-se da seguinte forma:

"...seja preservado o meu direito de fazer minha opção quanto à aposentadoria convencional por tempo de serviço, ou aposentadoria compulsória, no seu devido tempo e não de forma antecipada como exigido pelo termo de Opção acima referido" (fl. 207).

**Por isso, merece ser sanada a contradição da decisão de fls. 583/584 para reconhecer que o autor ora embargante já havia demonstrado, desde a inicial, o ingresso no serviço público na data de 17.03.1969, e consignar o implemento das condições para aposentadoria voluntária quando da entrada em vigor da EC 20/98, sem que tivesse optado por permanecer vinculado ao regime previdenciário do Estado do Rio Grande do Sul, como se passou a exigir.**

Assim, tem-se que a revisão de tal premissa demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, em razão da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EQUIPARAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES A SERVIDORES PÚBLICOS SOMENTE OCORREU NA VIGÊNCIA DA REDAÇÃO ORIGINAL DA CARTA POLÍTICA DE 1988 (ANTES DA EC 20/1998) E SOMENTE PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA REGRA DE APOSENTADORIA

# *Superior Tribunal de Justiça*

COMPULSÓRIA, NÃO HAVENDO DIREITO ADQUIRIDO À MANUTENÇÃO EM REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NÃO RECONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DE TAL PREMISSE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte assentou o entendimento de que a equiparação dos notários e registradores a Servidores Públicos somente ocorreu na vigência da redação original da Carta Política de 1988 (antes da EC 20/1998) e somente para fins de incidência da regra de aposentadoria compulsória, não havendo direito adquirido à manutenção em Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos.

2. **Não basta o preenchimento dos requisitos para a aposentadoria antes da EC 20/1998, sendo necessária, também, a opção pela permanência no regime próprio, o que implica na submissão às suas regras**, inclusive quanto à aposentadoria compulsória aos 70 (setenta) anos de idade.

3. No caso dos autos, a Corte de origem é categórica ao afirmar que o autor não implementou os requisitos para a inativação pelas regras anteriores e/ou pela EC 20/1998, até 31.12.2003, data da publicação da EC 41/2003. **Nesse cenário, inviável a revisão de tal premissa, ante a incidência da Súmula 7/STJ.**

4. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento (AgInt no AREsp 525.844/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. A EQUIPARAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES A SERVIDORES PÚBLICOS SOMENTE OCORREU NA VIGÊNCIA DA REDAÇÃO ORIGINAL DA CARTA POLÍTICA DE 1988 (ANTES DA EC 20/1998) E SOMENTE PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA REGRA DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, NÃO HAVENDO DIREITO ADQUIRIDO À MANUTENÇÃO EM REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte assentou o entendimento de que a equiparação dos notários e registradores a servidores públicos somente ocorreu na vigência da redação original da Carta Política de 1988 (antes da EC 20/1998) e somente para fins de incidência da regra de aposentadoria compulsória, não havendo direito adquirido à manutenção em regime de previdência próprio dos servidores públicos. Precedentes: AgRg no AREsp 52.613/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 28.08.2012, RMS 28.286/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 19.09.2011, e RMS 28.650/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 05.08.2010.

2. **Ademais, não basta o preenchimento dos requisitos para a aposentadoria antes da EC 20/98, sendo necessária, também, a opção pela permanência no regime próprio, o que implica na submissão às suas regras, inclusive quanto à aposentadoria compulsória aos 70 (setenta) anos de idade. No caso dos autos, ainda que implementados a tempo e modo todos os requisitos para a fruição do regime próprio de previdência, o recorrente a ele renunciou tacitamente quando ingressou em juízo com o objetivo de manter-se em atividade mesmo já tendo completado a idade para a aposentadoria compulsória.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. Cumpre registrar que, com o intuito de preservar direito adquirido de servidores que ingressaram nos cargos de tabelião e registrador antes de 1988, o constituinte originário introduziu o art. 32 da ADCT, segundo o qual o disposto no art. 236 não se aplica aos serviços notariais e de registro que já tenham sido oficializados pelo Poder Público, respeitando-se o direito de seus servidores. Esse dispositivo, todavia, não trata, muito menos autoriza, de acumulação de vantagens ou proventos do regime antigo com os do regime superveniente. Dai entender-se que é indispensável a opção entre um dos dois regimes (RMS 28.286/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 19.09.2011).

4. Agravo Regimental desprovido (AgRg no REsp 1320045/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/06/2014)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

